

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	9
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	21

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	62
-------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	129.746
Preferenciais	38.328
Total	168.074
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	17/04/2012	Dividendo	02/05/2012	Ordinária		0,59323
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	17/04/2012	Dividendo	02/05/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	0,65256
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	17/04/2012	Dividendo	02/05/2012	Preferencial	Preferencial Classe B	0,65256
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	17/04/2012	Dividendo		Ordinária		0,17744
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	17/04/2012	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe A	0,19519
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	17/04/2012	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe B	0,19519

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	1.702.974	1.651.739
1.01	Ativo Circulante	462.688	448.624
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	108.459	154.560
1.01.02	Aplicações Financeiras	35.535	17.452
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	35.535	17.452
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	35.535	17.452
1.01.03	Contas a Receber	220.792	209.097
1.01.03.01	Clientes	220.792	209.097
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros	220.792	209.097
1.01.04	Estoques	2.669	2.913
1.01.06	Tributos a Recuperar	39.339	21.115
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	39.339	21.115
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	39.339	21.115
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.321	1.269
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	52.573	42.218
1.01.08.03	Outros	52.573	42.218
1.01.08.03.01	Serviços em curso	42.422	37.289
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	10.151	4.929
1.02	Ativo Não Circulante	1.240.286	1.203.115
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	648.142	543.973
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	20.317	28.701
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	20.317	28.701
1.02.01.03	Contas a Receber	219.043	224.410
1.02.01.03.01	Clientes	219.043	224.410
1.02.01.06	Tributos Diferidos	5.418	9.799
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.418	9.799
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	403.364	281.063
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a recuperar	10.900	10.779
1.02.01.09.04	Benefício fiscal - ágio incorporado a controladora	99.563	103.730
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	19.986	18.921
1.02.01.09.06	Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	270.062	144.781
1.02.01.09.09	Outros ativos não circulantes	2.853	2.852
1.02.02	Investimentos	1.163	1.163
1.02.04	Intangível	590.981	657.979
1.02.04.01	Intangíveis	590.981	657.979
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	590.981	657.979

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	1.702.974	1.651.739
2.01	Passivo Circulante	372.739	294.783
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.258	8.037
2.01.01.01	Obrigações Sociais	10.258	8.037
2.01.01.01.01	Salários e encargos a pagar	10.258	8.037
2.01.02	Fornecedores	103.713	82.739
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	103.713	82.739
2.01.03	Obrigações Fiscais	63.000	47.321
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	34.451	19.603
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	19.008	4.331
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS	2.362	2.345
2.01.03.01.03	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	10.886	10.800
2.01.03.01.04	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.525	1.521
2.01.03.01.05	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	307	296
2.01.03.01.09	Outros	363	310
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	27.744	27.000
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	27.744	27.000
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	805	718
2.01.03.03.01	Imposto sobre serviço - ISS	805	718
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	89.777	87.418
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	53.060	50.353
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	57.563	53.016
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	-4.503	-2.663
2.01.04.02	Debêntures	36.717	37.065
2.01.05	Outras Obrigações	95.580	62.853
2.01.05.02	Outros	95.580	62.853
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	31.387	5.909
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	43.730	40.304
2.01.05.02.05	Outros passivos circulantes	20.463	16.640
2.01.06	Provisões	10.411	6.415
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.411	6.415
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	3.997	0
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.786	4.787
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	1.628	1.628
2.02	Passivo Não Circulante	557.491	587.208
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	522.364	547.354
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	467.966	474.879
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	448.785	457.491
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	19.181	17.388
2.02.01.02	Debêntures	54.398	72.475
2.02.02	Outras Obrigações	15.753	17.470
2.02.02.02	Outros	15.753	17.470
2.02.02.02.03	Fornecedores	9.861	9.016
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	1.434	3.127
2.02.02.02.06	Outros passivos	4.458	5.327

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.04	Provisões	19.374	22.384
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	19.374	22.384
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	853	4.703
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	11.320	11.169
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	7.201	6.512
2.03	Patrimônio Líquido	772.744	769.748
2.03.01	Capital Social Realizado	179.787	179.787
2.03.02	Reservas de Capital	266.766	266.766
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	179.315	179.315
2.03.02.07	Rem de bens e direitos constituídos com capital próprio	4.648	4.649
2.03.02.08	Reserva de incentivos fiscais	82.428	82.428
2.03.02.10	Outras	375	374
2.03.04	Reservas de Lucros	183.089	315.575
2.03.04.01	Reserva Legal	35.957	35.957
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	146.984	146.984
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	132.486
2.03.04.10	Outras reservas	148	148
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	127.716	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	15.386	7.620

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	344.777	661.594	274.571	540.664
3.01.01	Receita Bruta	489.448	948.624	402.181	786.511
3.01.02	(-) Deduções da Receita Bruta	-144.671	-287.030	-127.610	-245.847
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-244.853	-451.242	-177.956	-375.090
3.03	Resultado Bruto	99.924	210.352	96.615	165.574
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-31.086	-61.624	-29.935	-52.278
3.04.01	Despesas com Vendas	-13.409	-27.909	-12.396	-23.966
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.677	-33.715	-17.539	-28.312
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	68.838	148.728	66.680	113.296
3.06	Resultado Financeiro	175	2.210	-1.362	-1.388
3.06.01	Receitas Financeiras	20.216	42.636	19.793	36.651
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.041	-40.426	-21.155	-38.039
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	69.013	150.938	65.318	111.908
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10.601	-23.222	-12.891	-24.234
3.08.01	Corrente	-11.430	-22.842	690	-13.359
3.08.02	Diferido	829	-380	-13.581	-10.875
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	58.412	127.716	52.427	87.674
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	58.412	127.716	52.427	87.674
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,33979	0,74294	0,40315	0,25031
3.99.01.02	PNA	0,37376	0,81723	0,44347	0,22553
3.99.01.03	PNB	0,37376	0,81723	0,44347	0,22553

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	58.412	127.716	52.427	87.674
4.02	Outros Resultados Abrangentes	6.085	7.766	1.412	3.347
4.02.01	Ganhos (perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda	3.342	5.889	2.138	5.070
4.02.02	Tributos sobre ganhos (perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda	2.743	1.877	-726	-1.723
4.03	Resultado Abrangente do Período	64.497	135.482	53.839	91.021

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	171.198	140.901
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	194.174	164.617
6.01.01.01	Lucro líquido do período (antes dos impostos)	150.938	111.908
6.01.01.02	Amortização	25.782	25.132
6.01.01.03	Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	22.674	17.224
6.01.01.05	Valor residual do ativo intangível baixado	117	51
6.01.01.06	Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	-1.869	2.306
6.01.01.07	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-3.468	7.996
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-22.976	-23.716
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	1.876	12.918
6.01.02.02	Impostos e contribuições a recuperar	-18.204	15.670
6.01.02.03	Estoques	244	-948
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-658	-709
6.01.02.05	Despesas pagas antecipadamente	-2.052	-2.957
6.01.02.06	Outros ativos	-9.949	-5.282
6.01.02.07	Fornecedores	21.819	-12.382
6.01.02.08	Salários e encargos a pagar	2.221	-2.419
6.01.02.09	Encargos de dívidas e swap pagos	-21.587	-22.336
6.01.02.10	Taxas regulamentares	1.733	4.521
6.01.02.11	Impostos e contribuições a recolher	-2.996	-7.224
6.01.02.12	Indenizações/Contingências pagas	1.282	-1.877
6.01.02.13	Entidade de previdência privada	341	0
6.01.02.14	Outros passivos	2.954	-691
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-82.348	-45.376
6.02.01	Aquisição de investimentos	0	770
6.02.02	Aquisição de intangível	-74.492	-60.347
6.02.03	Títulos e valores mobiliários	-7.856	14.201
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-134.951	-17.319
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	12.000	120.730
6.03.03	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	-41.272	-32.507
6.03.04	Obrigações vinculadas	1.329	890
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-107.008	-106.432
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-46.101	78.206
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	154.560	25.217
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	108.459	103.423

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	179.787	266.766	315.575	0	7.620	769.748
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	179.787	266.766	315.575	0	7.620	769.748
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-132.486	0	0	-132.486
5.04.06	Dividendos	0	0	-132.486	0	0	-132.486
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	127.716	7.766	135.482
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	127.716	0	127.716
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	7.766	7.766
5.05.02.06	Ganhos e perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	7.766	7.766
5.07	Saldos Finais	179.787	266.766	183.089	127.716	15.386	772.744

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	179.787	266.766	267.836	0	5.523	719.912
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	179.787	266.766	267.836	0	5.523	719.912
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-87.342	-21.597	0	-108.939
5.04.06	Dividendos	0	0	-87.342	0	0	-87.342
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-21.597	0	-21.597
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	87.674	3.347	91.021
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	87.674	0	87.674
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.347	3.347
5.05.02.06	Ganhos e perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	3.347	3.347
5.07	Saldos Finais	179.787	266.766	180.494	66.077	8.870	701.994

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	941.513	778.477
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	948.624	786.511
7.01.02	Outras Receitas	-3.643	-38
7.01.02.01	Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	-3.643	-38
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3.468	-7.996
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-444.348	-361.501
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-308.753	-254.669
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-135.595	-106.832
7.03	Valor Adicionado Bruto	497.165	416.976
7.04	Retenções	-25.782	-25.132
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-25.782	-25.132
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	471.383	391.844
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	42.636	36.651
7.06.02	Receitas Financeiras	42.636	36.651
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	514.019	428.495
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	514.019	428.495
7.08.01	Pessoal	28.969	27.546
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.600	17.243
7.08.01.02	Benefícios	9.038	7.459
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.776	4.014
7.08.01.04	Outros	-6.445	-1.170
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	316.665	275.010
7.08.02.01	Federais	154.688	139.776
7.08.02.02	Estaduais	160.827	134.457
7.08.02.03	Municipais	1.150	777
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	40.669	38.265
7.08.03.01	Juros	36.975	33.335
7.08.03.02	Aluguéis	243	227
7.08.03.03	Outras	3.451	4.703
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	127.716	87.674
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	21.597
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	127.716	66.077

Comentário do Desempenho

(Valores expressos em milhares de reais exceto quando especificado)

1. ÁREA DE CONCESSÃO

A COSERN é uma Companhia distribuidora de energia elétrica, com atuação no Estado do Rio Grande do Norte, que atende a uma população estimada de 3.014 mil habitantes em 167 municípios. Sua área de concessão engloba 52.797 Km², o que corresponde a 100% do território do Estado.

2. EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

2.1 MERCADO

2.1.1 CONSUMIDORES

Descrição	Evolução do número de consumidores ativos					
			Variação Vertical		Variação Horizontal	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11	30/06/12	
Residencial	1.017.332	984.116	85,82%	85,79%	33.216	3,38%
Industrial	4.988	5.139	0,42%	0,45%	(151)	-2,94%
Comercial	77.092	75.382	6,50%	6,57%	1.710	2,27%
Rural	65.935	63.468	5,56%	5,53%	2.467	3,89%
Poder Público	12.395	11.982	1,05%	1,04%	413	3,45%
Iluminação Pública	5.818	5.378	0,49%	0,47%	440	8,18%
Serviço Público	1.666	1.591	0,14%	0,14%	75	4,71%
Subtotal	1.185.226	1.147.056	99,98%	99,99%	38.170	3,33%
Consumo Próprio	186	122	0,02%	0,01%	64	52,46%
Suprimento	4	4	0,00%	0,00%	-	0,00%
Total	1.185.416	1.147.182	100,00%	100,00%	38.234	3,33%

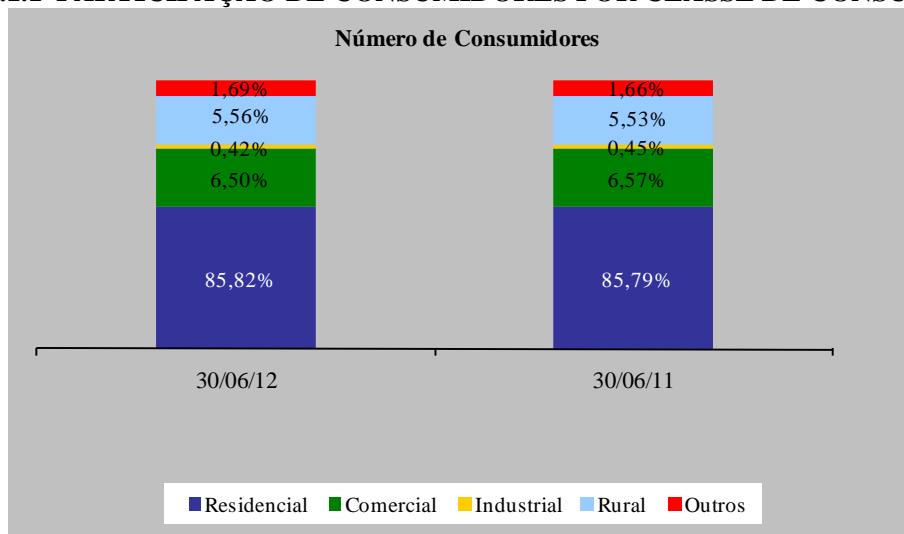
Em junho de 2012 o número de consumidores ativos apresentou um aumento de 3,33% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que significa um aumento de 38.234 novos consumidores, representando cerca de 105 novas ligações por dia.

As classes residencial e iluminação pública foram as que apresentaram maior crescimento relativo, quando comparados os meses de junho 2012 e junho 2011. Na classe Residencial o crescimento foi de 3,38%, que refletiu o crescimento vegetativo do número de domicílios no Estado. Na classe iluminação pública o crescimento de 8,18% foi ocasionado pela atualização de cadastro. Em números absolutos, porém, a classe residencial foi a que apresentou maior evolução com um incremento de 33.216 consumidores.

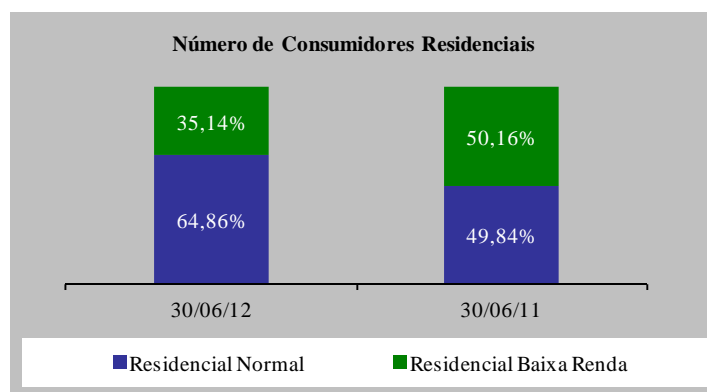
A classe industrial apresentou queda de 2,94%, quando comparados os meses de junho de 2012 e junho de 2011. A redução do número de consumidores foi um reflexo do processo de desindustrialização por que passa a economia norte-riograndense, com fechamento de várias indústrias nos últimos meses.

Comentário do Desempenho

2.1.1.1 PARTICIPAÇÃO DE CONSUMIDORES POR CLASSE DE CONSUMO



2.1.1.2 PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO BAIXA RENDA NA CLASSE RESIDENCIAL



O número de consumidores residenciais corresponde a 85,82% do total, equivalente a 1.017.332 consumidores. A participação de clientes de baixa renda mostra uma queda comparado com o mesmo período do ano anterior, em virtude da migração de consumidores para a classe residencial normal devido a mudança nas faixas de consumo do baixa renda, conforme a adequação a Resolução ANEEL nº. 414.

Comentário do Desempenho

2.1.2 CONSUMO

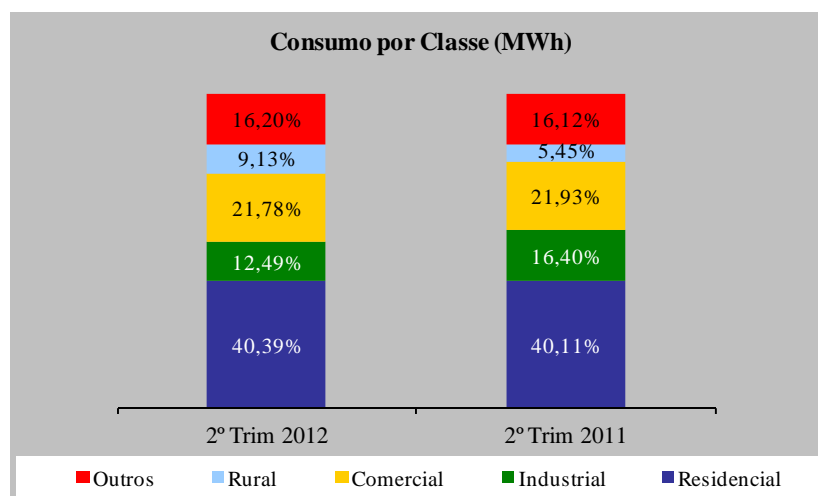
	Evolução do Consumo por classe em MWh				
	2º Trim.		Variação Vertical %		Variação Horizontal %
	2012	2011	2º Trim/12	2º Trim/11	2º Trim/12 - 2º Trim/11
Residencial	415.009	379.471	40,39%	40,11%	9,37%
Industrial	128.306	155.172	12,49%	16,40%	-17,31%
Comercial	223.809	207.445	21,78%	21,93%	7,89%
Rural	93.784	51.522	9,13%	5,45%	82,03%
Poder público	64.140	57.666	6,24%	6,09%	11,23%
Iluminação pública	37.646	36.138	3,66%	3,82%	4,17%
Serviço público	63.441	57.589	6,18%	6,09%	10,16%
Subtotal	1.026.135	945.003	99,88%	99,88%	8,59%
Consumo próprio	1.243	1.119	0,12%	0,12%	11,08%
Total	1.027.378	946.122	100,00%	100,00%	8,59%

No segundo trimestre de 2012 o mercado cativo da Companhia apresentou um acréscimo de 8,59%, em relação ao mesmo período de 2012, o que representa um aumento de 81.256 MWh, com acréscimos significativos nas classes residencial, rural e poder público e serviço público.

A maior evolução 82,03% ocorreu na classe rural devido a maior utilização de irrigação artificial em razão da pouca ocorrência de chuvas.

A classe industrial teve uma queda de 17,31%, justificado pelos setores têxteis e de confecções que vem demonstrando declínio nos últimos meses, inclusive com o fechamento de importantes indústrias.

2.1.2.1 PARTICIPAÇÃO NO MERCADO POR CLASSE EM MWh



Comentário do Desempenho

3. BALANÇO ENERGÉTICO – MWh

CCEAR		%		CONTRATOS				MERC PRÓPRIO		%		RESIDENCIAL		%	
906.158		80,87		1.120.485				1.027.379		76,34		415.009		40,39	
922.557		81,14		1.136.994				946.121		77,24		379.471		40,11	
PROINFA		%		CCEE				MERC. LIVRE		%		INDUSTRIAL		%	
24.319		2,17		75.398				176.731		13,13		128.306		12,49	
24.428		2,15		(49.399)				160.039		13,07		155.172		16,40	
TERMOAÇU		%		PERDAS RB				PERD.DISTRIB.		%		COMERCIAL		%	
190.008		16,96		(26.930)				141.574		10,52		223.809		21,78	
190.008		16,71		(22.822)				118.652		9,69		207.445		21,93	
				MERC. LIVRE				INT. FRONTEIRA		%		OUTROS		%	
				176.731				131		0,01		260.255		25,33	
				160.039				127		0,01		204.033		21,57	
				INT. FRONTEIRA											
				131											
				127											
				INJETADA		INJETADA									
				1.345.816		1.345.816									
				1.224.940		1.224.940									

Legenda:	
2º Trim 12	
2º Trim 11	

O Balanço Energético da Companhia indica que 80,87% da energia circulada pela rede da distribuidora foi proveniente de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. O restante 19,13%, foi atendido pela Termoação e pelo Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA.

O mercado livre exigiu a entrega de 176.731 MWh de energia durante o segundo trimestre de 2012, representando um acréscimo de 10,43% em relação ao mesmo período do ano anterior, justificado pelo movimento de migração de alguns consumidores para o mercado livre. O movimento de migração para o mercado livre dos clientes em condições de optar pelo fornecedor de energia elétrica iniciou-se em maio de 2002, representando neste trimestre, 13,13% da energia injetada pela Companhia.

Comentário do Desempenho

4. INVESTIMENTOS

	2º Trimestre/12	Até 30/06/12
	Investimento	Investimento
	Total	Total
Distribuição	39.621	73.869
Administração	3.526	5.154
Total	43.147	79.022

A Companhia vem realizando investimentos tanto na área técnica quanto comercial, visando melhorar a qualidade do fornecimento de energia, atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes. Neste trimestre foram investidos cerca de R\$ 43.147.

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados a projetos de ampliação e reforço da rede de distribuição de energia elétrica, atendimento ao aumento da demanda, novas ligações e extensão de redes.

O resultado dos investimentos pode ser evidenciado na evolução dos ativos do sistema elétrico da Companhia. Os principais projetos em andamento são:

- Expansão e renovação em subestações e linhas de alta tensão;
- Expansão e renovação de redes de distribuição;
- Automação e Telecomunicações do sistema de distribuição;
- Instalação de medidores;
- Novas ligações

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 RESULTADO DO PERÍODO

	2º Trimestre		Variação	
	2012	2011	R\$ mil	%
Receita bruta	489.448	402.181	87.267	21,70%
Deduções da receita bruta	(144.671)	(127.610)	(17.061)	13,37%
Receita Líquida	344.777	274.571	70.206	25,57%
Custos de Bens e/ou Serviços vendidos	(244.853)	(177.956)	(66.897)	37,59%
Resultado bruto	99.924	96.615	3.309	3,42%
Despesas com vendas / Gerais e Administrativas	(31.086)	(29.935)	(1.151)	3,84%
Resultado do serviço	68.838	66.680	2.158	3,24%
Amortização	12.471	12.726	(255)	-2,00%
Resultado na alienação/Desativação bens e direitos	3.354	18	3.336	18533,33%
EBITDA	84.663	79.424	5.239	6,60%
Resultado financeiro	175	(1.362)	1.537	-112,85%
Lucro antes dos impostos	69.013	65.318	3.695	5,66%
IR e CSLL	(10.601)	(12.891)	2.290	-17,76%
Lucro do Período	58.412	52.427	5.985	11,42%

Comentário do Desempenho

5.1.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Companhia apresentou, no segundo trimestre de 2012, uma Receita Bruta 21,70% superior à alcançada no mesmo período de 2011, enquanto que a Receita Líquida teve um acréscimo de 25,57% quando comparados os segundos trimestres dos exercícios 2012 e 2011. Dado as variações acima houve um acréscimo de R\$ 87.267 na Receita Bruta e de R\$ 70.206 na Receita Líquida

Os fatores determinantes da variação na Receita Líquida foram:

- Crescimento da receita com fornecimento de energia e disponibilidade de uso da energia elétrica no montante de R\$ 73.159, devido principalmente a:
 - ✓ Reajuste tarifário de 10,28% conforme resolução homologatória ANEEL n°. 1.278 de 20 de abril de 2012, aplicado a partir de 22 de abril de 2012;
 - ✓ Crescimento de 8,59% no consumo de energia elétrica equivalente a 81.256 MWh em relação ao mesmo período de 2011, devido principalmente ao crescimento normal do mercado (consumidores x consumo x tarifa).
- Crescimento da receita de construção da infraestrutura de concessão no montante de R\$ 16.545, devido ao aumento de investimentos quando comparado ao trimestre de 2011.

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica). A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. O efeito na receita operacional bruta, cuja contrapartida se encontra nas despesas operacionais, no mesmo valor, não gera nenhum efeito no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia.

- Crescimento dos tributos de ICMS e COFINS (deduções da receita bruta) no montante de R\$ 12.388, R\$ e R\$ 5.581, respectivamente, em decorrência principalmente do acréscimo da receita bruta de vendas e/ou serviços.

Comentário do Desempenho

5.1.2 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Trimestre		Variação	
	2012	2011	R\$ mil	%
Custos e Despesas Não Gerenciáveis				
Energia elétrica comprada para revenda	(152.297)	(107.806)	(44.491)	41,27%
Encargos de uso do sistema de transmissão/distribuição	(18.583)	(15.428)	(3.155)	20,45%
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica – TFSEE	(634)	(635)	1	-0,16%
	<u>(171.514)</u>	<u>(123.869)</u>	<u>(47.645)</u>	<u>38,46%</u>
Custos e Despesas Gerenciáveis				
Pessoal e Administradores	(14.601)	(11.844)	(2.757)	23,28%
Material	(964)	(918)	(46)	5,01%
Serviços de terceiros	(20.019)	(15.423)	(4.596)	29,80%
Amortização	(12.471)	(12.726)	255	-2,00%
Provisões Líquidas - PCLD	198	(4.039)	4.237	-104,90%
Provisões Líquidas - Contingências	838	(1.892)	2.730	-144,29%
Custo de construção	(51.419)	(34.874)	(16.545)	47,44%
Outros Custos e Despesas Gerenciáveis	(5.987)	(2.306)	(3.681)	159,63%
	<u>(104.425)</u>	<u>(84.022)</u>	<u>(20.403)</u>	<u>24,28%</u>
Total	<u><u>(275.939)</u></u>	<u><u>(207.891)</u></u>	<u><u>(68.048)</u></u>	<u><u>32,73%</u></u>

Os custos e despesas operacionais no primeiro trimestre de 2012 tiveram um aumento de 32,73%, correspondente a R\$ 68.048, em relação ao mesmo trimestre do exercício de 2011.

Os principais fatores que contribuíram para esse fato foram:

- Crescimento do custo com energia elétrica comprada para revenda no montante de R\$ 44.491 devido principalmente ao acionamento das usinas térmicas, o que eleva o valor da parcela variável e também ao incremento no custo devido à elevação do preço médio dos leilões;
- Aumento de R\$ 3.155 nos encargos de uso do sistema de transmissão devido principalmente ao reajuste anual dos encargos da rede básica e o aumento da demanda contratada (MUST);
- Acréscimo de R\$ 2.757 em pessoal e administradores decorrente principalmente de:
 - ✓ Aumentos salariais previstos em ACT para o ano 2012, sendo reajustados os salários em 7,7% em relação aos pagos em 2011;
 - ✓ Pagamento de valores de DSR (Descanso Semanal Remunerado) neste período e;
 - ✓ Pagamento da DSR dos ex-empregados efetuado em abril;
- Acréscimo de R\$ 4.596 em serviços de terceiros decorrente principalmente de:
 - ✓ Encerramento de ordem de serviço referente ao financiamento de kit padrão de ligação baixa renda;
 - ✓ Aumento nos custos de comunicação, teleatendimento e Cosern serviços.

Comentário do Desempenho

- ✓ Aumento dos contratos referente a serviços de consultoria.
- ✓ Aumento da tarifa praticada pelos arrecadadores, provocada principalmente pelo retorno da caixa econômica, associada ao crescimento de mercado;
- Reversão da PCLD neste trimestre devido a renegociação com a Associação dos Municípios do Seridó e Prefeitura Municipal de Taipú.
- Reversões de contingências devido a pagamentos, encerramentos e exclusões de processos cíveis, fiscais e trabalhistas neste trimestre.
- Crescimento do custo de construção da infraestrutura de concessão no montante de R\$ 16.545, que não produz efeito líquido no resultado da empresa devido a sua contrapartida na receita, conforme mencionado na variação da Receita líquida.
- Aumento de 3.681 em Outros custos e despesas gerenciáveis devido principalmente ao custo de cancelamento de 1.403 projetos referentes à expansão de redes não concluídas.

5.1.3 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2º Trimestre		Variação	
	2012	2011	R\$ mil	%
Renda de aplicações financeiras	4.150	3.715	435	11,71
Juros, comissões e acréscimo moratório	8.458	8.571	(113)	-1,32
Encargos, variação monetária e swap (líquidas)	(11.172)	(10.280)	(892)	8,68
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(1.261)	(3.368)	2.107	-62,56
Total	175	(1.362)	1.537	-112,85

A Companhia apresentou um resultado financeiro líquido de R\$ 175 positivo no segundo trimestre de 2012, contra R\$ 1.362 negativo no mesmo período de 2011.

Os fatos que mais contribuíram para o resultado deste trimestre foram:

- Acréscimo de R\$ 435 em Renda de aplicações financeiras justificado pelo saldo médio mensal mantido em aplicações, títulos e valores mobiliários no segundo trimestre de 2012 maiores que o registrado no mesmo período do ano anterior, ocasionado principalmente pelo valor de dividendos a pagar dos acionistas que permaneceram aplicados até o mês de maio do corrente ano, além do crescimento normal de mercado.
- Acréscimo de R\$ 892 em Encargos e variação monetária e cambial (líquidas) devido a atualização monetária de saldo pendente com o fornecedor de energia livre no montante de R\$ 845.
- Redução de R\$ 2.107 em Outras receitas (despesas) financeiras líquidas devido a:
 - ✓ Aumento de R\$ 264 nas Outras receitas devido a atualização monetária de depósitos judiciais ter sido superior ao período anterior;
 - ✓ Redução de R\$ 1.250 nas Outras despesas devido principalmente a redução de multas regulatórias e de custos de transação neste trimestre.

Comentário do Desempenho

6. PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Empresariais	Acumulado até		Variação %
	30/06/12	30/06/11	2012/2011
<u>Indicadores Econômicos</u>			
Receita Operacional Bruta	948.624	786.511	20,61%
Receita Operacional Líquida	661.594	540.664	22,37%
EBITDA	178.153	138.466	28,66%
Resultado do Serviço	148.728	(113.296)	-231,27%
Resultado Financeiro	2.210	(1.388)	-259,22%
Lucro Líquido	127.716	87.674	45,67%
Margem EBITDA (%)	26,93%	25,61%	5,15%
Margem Operacional (%)	22,48%	-20,95%	-207,30%
Margem Líquida (%)	19,30%	16,22%	18,99%
<u>Indicadores Financeiros</u>			
Ativo Total	1.702.974	1.573.005	8,26%
Dívida Bruta	612.141	610.150	0,33%
Patrimônio Líquido	772.744	701.994	10,08%
Investimentos	43.147	35.875	20,27%
Dívida Total Líquida das Disponibilidades e Aplicações em Títulos	447.830	377.723	18,56%
Dívida Total Líquida/(Dívida Total Líquida + Patrimônio Líquido)	36,69%	40,32%	-9,00%
Dívida de Curto Prazo Líquida/Dívida Total Líquida	-12,11%	-4,93%	145,64%
Patrimônio Líquido / Ativo Total	45,38%	44,63%	1,68%

Em 30 de junho de 2012 a dívida bruta, incluindo empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos totalizam R\$ 612.141, 0,33% superior ao mesmo período do ano anterior em função de ingressos e novas captações de recursos.

Indicadores de Produtividade (*)			Variação %
	30/06/12	30/06/11	2012/2011
Nº de Empregados	733	725	1,10%
Nº de Consumidores	1.185.416	1.147.182	3,33%
Consumidores/Empregados	1.617	1.582	2,21%
Receita Operacional Líquida/Empregados	903	746	21,05%

Em junho de 2012 o quadro de empregados da empresa teve um aumento de 1,10% em relação ao mesmo período do ano anterior. O número de consumidores apresentou um acréscimo de 3,33% refletindo no crescimento da relação Consumidores / Empregados.

Conciliação EBITDA	2º Trimestre		Variação %	Acumulado até		Variação %
	2012	2011	2012/2011	30/06/12	30/06/11	2012/2011
Lucro líquido	58.412	52.427	11,42%	127.716	87.674	45,67%
Despesas financeiras	20.041	21.157	-5,27%	40.426	38.039	6,28%
Receitas financeiras	(20.216)	(19.795)	2,13%	(42.636)	(36.651)	16,33%
Resultado na alienação/Desativação bens e direitos	3.354	18	18533,33%	3.643	38	9486,84%
Imposto de renda	24.233	16.377	47,97%	46.378	26.419	75,55%
Imposto de renda incentivo SUDENE	(15.715)	(5.646)	178,34%	(27.323)	(6.505)	320,03%
Amortização	12.471	12.726	-2,00%	25.782	25.132	2,59%
Amortização de ágio	2.083	2.160	-3,56%	4.167	4.320	-3,54%
EBITDA	84.663	79.424	6,60%	178.153	138.466	28,66%

Notas Explicativas**COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN****BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - R\$ Mil**

ATIVO	Notas	30/06/12	31/12/11
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	108.459	154.560
Contas a receber de clientes e outros	4	220.792	209.097
Títulos e valores mobiliários	5	35.535	17.452
Impostos e contribuições a recuperar	6	39.339	21.115
Estoques		2.669	2.913
Despesas pagas antecipadamente		3.321	1.269
Entidade de previdência privada		57	399
Serviços em curso	7	42.422	37.289
Outros ativos circulantes	8	10.094	4.530
TOTAL DO CIRCULANTE		462.688	448.624
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	4	219.043	224.410
Títulos e valores mobiliários	5	20.317	28.701
Impostos e contribuições a recuperar	6	10.900	10.779
Impostos e contribuições diferidos	9	5.418	9.799
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora		99.563	103.730
Depósitos judiciais	10	19.986	18.921
Entidade de previdência privada		2.477	2.477
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	11	270.062	144.781
Outros ativos não circulantes	8	376	375
Investimentos		1.163	1.163
Intangível	12	590.981	657.979
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.240.286	1.203.115
TOTAL DO ATIVO		1.702.974	1.651.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas**COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN****BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - R\$ Mil**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	30/06/12	31/12/11
CIRCULANTE			
Fornecedores	13	103.713	82.739
Empréstimos e financiamentos	14	53.060	50.353
Debêntures	15	36.717	37.065
Salários e encargos a pagar	16	10.258	8.037
Taxas regulamentares	17	43.730	40.304
Impostos e contribuições a recolher	18	63.000	47.321
Dividendos e juros sobre capital próprio	19	31.387	5.909
Provisões	20	10.411	6.415
Outros passivos circulantes	21	20.463	16.640
TOTAL DO CIRCULANTE		372.739	294.783
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	13	9.861	9.016
Empréstimos e financiamentos	14	467.966	474.879
Debêntures	15	54.398	72.475
Taxas regulamentares	17	1.434	3.127
Provisões	20	19.374	22.384
Outros passivos não circulantes	21	4.458	5.327
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		557.491	587.208
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	22	179.787	179.787
Reservas de capital		266.766	266.766
Reservas de lucros		183.089	183.089
Outros resultados abrangentes		15.386	7.620
Proposta de distribuição de dividendos adicional		-	132.486
Lucro líquido do período / exercício		127.716	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		772.744	769.748
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.702.974	1.651.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias

Notas Explicativas**COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS TRIMESTRAL E ACUMULADO PARA OS PERÍODOS
FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 - R\$ Mil**

	<u>Notas</u>	<u>01/04/12 a 30/06/12</u>	<u>01/01/12 a 30/06/12</u>	<u>01/04/11 a 30/06/11</u>	<u>01/01/11 a 30/06/11</u>
RECEITA LÍQUIDA		344.777	661.594	274.571	540.664
CUSTO DO SERVIÇO	25	(244.853)	(451.242)	(177.956)	(375.090)
LUCRO BRUTO		99.924	210.352	96.615	165.574
Despesas com vendas	25	(13.409)	(27.909)	(12.396)	(23.966)
Despesas gerais e administrativas	25	(17.677)	(33.715)	(17.539)	(28.312)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		68.838	148.728	66.680	113.296
Receita financeira	26	20.216	42.636	19.795	36.651
Despesa financeira	26	(20.041)	(40.426)	(21.157)	(38.039)
LUCRO ANTES DO IMPOSTOS		69.013	150.938	65.318	111.908
Imposto de renda e contribuição social		(10.601)	(23.222)	(12.891)	(24.234)
Corrente	9	(25.062)	(45.998)	(2.796)	(15.544)
Diferido	9	829	(380)	(13.581)	(10.875)
Imposto de renda - SUDENE	9	15.715	27.323	5.646	6.505
Amortização ágio e reversão PMIPL		(2.083)	(4.167)	(2.160)	(4.320)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		58.412	127.716	52.427	87.674
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO					
ON		0,33979	0,74294	0,30498	0,51001
PNA		0,37376	0,81723	0,33547	0,56101
PNB		0,37376	0,81723	0,33547	0,56101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O PERÍODO FIM DO EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 - R\$ Mil

	<u>01/04/2012 a</u> <u>30/6/2012</u>	<u>01/01/2012 a</u> <u>30/6/2012</u>	<u>01/04/2011 a</u> <u>30/6/2011</u>	<u>01/01/2011 a</u> <u>30/6/2011</u>
Lucro do período	58.412	127.716	52.427	87.674
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos				
Ajustes ativos financeiros da Concessão	3.342	5.889	2.138	5.070
Tributos s/ ajustes ativos financeiros da Concessão	<u>2.743</u>	<u>1.877</u>	<u>(726)</u>	<u>(1.723)</u>
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	6.085	7.766	1.412	3.347
Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	<u>64.497</u>	<u>135.482</u>	<u>53.839</u>	<u>91.021</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 - R\$ MIL

	Reserva de Capital				Reservas de Lucros				Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do Patrimônio Líquido			
	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Alíquo	Reserva Incentivo Fiscal	Outras Reservas de Capital	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outras Reservas de Lucros			Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	179.787	4.648	179.315	82.428	375	114.033	35.957	30.504	-	5.523	-	87.342	719.912
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	87.674	-	-	87.674
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda (Nota 11)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.347	-	-	3.347
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio (Nota 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação da proposta de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.597)	(87.342)	(21.597) (87.342)
Saldos em 30 de junho de 2011	179.787	4.648	179.315	82.428	375	114.033	35.957	30.504	-	8.870	66.077	-	701.994

	Reserva de Capital				Reservas de Lucros				Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do Patrimônio Líquido			
	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Alíquo	Reserva Incentivo Fiscal	Outras Reservas de Capital	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outras Reservas de Lucros			Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	179.787	4.648	179.315	82.428	375	146.984	35.957	-	148	7.620	-	132.486	769.748
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	127.716	-	-	127.716
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda (Nota 11)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.766	-	-	7.766
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação da proposta de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(132.486)	(132.486)
Saldos em 30 de junho de 2012	179.787	4.648	179.315	82.428	375	146.984	35.957	-	148	15.386	127.716	-	772.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 - R\$ Mil

	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/11</u>
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro do período (Antes dos Impostos)	150.938	111.908
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização	25.782	25.132
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	22.674	17.224
Valor residual do ativo intangível baixado	117	51
Provisão (reversão) para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(1.869)	2.306
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.468)	7.996
	<u>194.174</u>	<u>164.617</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	1.876	12.918
Impostos e contribuições sociais a recuperar	(18.204)	15.670
Estoques	244	(948)
Depósitos judiciais	(658)	(709)
Despesas pagas antecipadamente	(2.052)	(2.957)
Entidade de previdência privada	341	
Outros Ativos	(9.949)	(5.282)
	<u>(28.402)</u>	<u>18.692</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	21.819	(12.382)
Salários e encargos a pagar	2.221	(2.419)
Encargos de dívidas e swap pagos	(21.587)	(22.336)
Taxas regulamentares	1.733	4.521
Impostos e contribuições sociais a recolher	(2.996)	(7.224)
Indenizações/Contingências pagas	1.282	(1.877)
Outros passivos	2.954	(691)
	<u>5.426</u>	<u>(42.408)</u>
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>171.198</u>	<u>140.901</u>
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	12.000	120.730
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(23.096)	(14.332)
Amortização do principal de debêntures	(18.176)	(18.175)
Obrigações vinculadas	1.329	890
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(107.008)	(106.432)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(134.951)</u>	<u>(17.319)</u>
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	-	770
Aquisição de intangível	(74.492)	(60.347)
Títulos e valores mobiliários	(7.856)	14.201
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(82.348)</u>	<u>(45.376)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(46.101)</u>	<u>78.206</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	154.560	25.217
Caixa e equivalentes no final do exercício	108.459	103.423
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	<u>(46.101)</u>	<u>78.206</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 - R\$ Mil

	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/11</u>
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	948.624	786.511
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.468)	(7.996)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	(3.643)	(38)
	<u>941.513</u>	<u>778.477</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(272.014)	(224.074)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(36.739)	(30.595)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(135.595)	(106.832)
	<u>(444.348)</u>	<u>(361.501)</u>
Valor adicionado bruto	497.165	416.976
Amortização	(25.782)	(25.132)
Valor adicionado líquido	471.383	391.844
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	42.636	36.651
Valor adicionado total a distribuir	514.019	428.495
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	20.698	16.387
Encargos sociais (exceto INSS)	4.776	4.014
Entidade de previdência privada	1.475	972
Auxílio alimentação	2.469	1.724
Convênio assistencial e outros benefícios	1.591	1.532
Rescisões	453	1.491
Férias e 13º salário	2.649	2.281
Plano de saúde	1.008	930
Indenizações trabalhistas	4	306
Participação nos resultados	3.970	3.273
Administradores	902	856
(-) Transferência para ordens	(11.026)	(6.220)
Subtotal	28.969	27.546
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	4.523	3.313
ICMS	160.827	134.457
PIS/COFINS sobre faturamento	79.515	65.655
Imposto de renda e contribuição social	23.222	24.235
Obrigações intra-setoriais	47.428	46.573
Outros	1.150	777
Subtotal	316.665	275.010
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	36.975	33.335
Aluguéis	243	227
Outros	3.451	4.703
Subtotal	40.669	38.265
Remuneração de Capitais Próprios		
Juros sobre capital próprio		21.597
Lucro / Prejuízos	127.716	66.077
Subtotal	127.716	87.674
Valor adicionado distribuído	514.019	428.495

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN (“COSERN” ou “Companhia”) ou sociedade por ações de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A., (“NEOENERGIA”) é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia relacionada com atividades no âmbito do Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Rua Mermoz, 150, Baldo, Natal – Rio Grande do Norte.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 municípios do Estado do Rio Grande do Norte, abrangendo uma área de 53 mil Km², outorgada pelo Decreto de 30 de dezembro de 1997 e regulada pelo Contrato de Concessão de Distribuição nº. 08, firmado em 31 de dezembro de 1997 com vigência até 31 de dezembro de 2027.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado do Rio Grande do Norte, desde 2003.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Estas Informações Trimestrais foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2011, descritas na nota explicativa nº. 2 da referida demonstração, e portanto, essas informações trimestrais e as referidas demonstrações contábeis devem ser analisadas em conjunto.

Notas Explicativas

Adicionalmente as informações trimestrais contemplam os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 – Demonstrações Intermediárias, bem como outras informações consideradas relevantes.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações trimestrais em 18 de julho de 2012, as quais estão expressas em milhares de reais.

Adicionalmente, a informação contábil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi reclassificada, para melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A apresentação entre os saldos publicados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

	31/12/11	
	Balança Patrimonial	
	Publicado	Reclassificado
Ativo circulante		
Contas a receber	207.846	209.097
Outros ativos circulantes	5.781	4.530
Ativo não circulante		
Impostos e contribuições sociais diferidos	39.698	9.799
Passivo não circulante		
Impostos e contribuições sociais diferidos	29.899	-

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/12	31/12/11
Caixa e Depósitos bancários à vista	2.403	6.039
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.007	1.013
Fundos de investimento	105.049	147.508
	<u>108.459</u>	<u>154.560</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, , risco insignificante de mudança no valor, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a percentuais que variam de 98,5% a 100%.

Notas Explicativas

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostas da seguinte forma:

	Ref.	30/06/12	31/12/11
Consumidores	(a)	466.774	469.120
Títulos a receber		985	952
Comercialização de energia na CCEE	(b)	16.318	16.319
Disponibilização do sistema de distribuição		5.920	6.830
Serviços prestados a terceiros		2.136	2.424
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(c)	10.563	1.251
Outros créditos		6.386	6.617
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(69.247)	(70.006)
Total		439.835	433.507
Circulante		220.792	209.097
Não circulante		219.043	224.410

(a) Consumidores

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Setor privado							
Residencial	25.331	33.990	11.033	70.354	68.139	(12.418)	(13.170)
Industrial	9.567	4.879	4.159	18.605	22.653	(5.479)	(6.032)
Comercial, serviços e outras	38.302	10.681	8.855	57.838	56.803	(9.649)	(10.188)
Rural	4.801	3.301	15.163	23.265	23.557	(14.278)	(14.645)
	<u>78.001</u>	<u>52.851</u>	<u>39.210</u>	<u>170.062</u>	<u>171.152</u>	<u>(41.824)</u>	<u>(44.035)</u>
Setor público							
Poder público							
Federal	3.007	380	110	3.497	3.167	(106)	(126)
Estadual	142.681	203	229	143.113	148.242	(76)	(146)
Municipal	73.959	1.195	8.470	83.624	87.345	(18.948)	(17.448)
	<u>219.647</u>	<u>1.778</u>	<u>8.809</u>	<u>230.234</u>	<u>238.754</u>	<u>(19.130)</u>	<u>(17.720)</u>
Iluminação pública	2.799	219	657	3.675	3.546	(674)	(673)
Serviço público	12.807	619	1.282	14.708	13.646	(6.634)	(6.626)
Fornecimento não faturado	48.095	-	-	48.095	42.022	-	-
Total	<u>361.349</u>	<u>55.467</u>	<u>49.958</u>	<u>466.774</u>	<u>469.120</u>	<u>(68.262)</u>	<u>(69.054)</u>
Circulante				262.790	259.885	(67.628)	(68.842)
Não circulante				203.984	209.235	(634)	(212)

No contas a receber estão incluídos valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, acrescidos de juros e multa calculados pro rata temporis.

Do saldo total, o montante de R\$ 136.126 (R\$ 144.328 em 31 de dezembro de 2011), refere-se ao alongamento da dívida da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, conforme Instrumento Particular de Reconhecimento, Consolidação, Pagamento e Parcelamento de Débito CD-0103/2006 e CD-0023/2011.

Notas Explicativas

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(c) Subvenção à baixa renda – tarifa social

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº. 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº. 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

	<u>Consumidores</u>	<u>Títulos a receber</u>	<u>Subtotal</u>	<u>Outros créditos</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(69.054)	(952)	(70.006)	(17.031)	(87.037)
Adições	(11.752)	(33)	(11.785)		(11.785)
Reversões	12.544	-	12.544	31	12.575
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>(68.262)</u>	<u>(985)</u>	<u>(69.247)</u>	<u>(17.000)</u>	<u>(86.247)</u>

Notas Explicativas

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	30/06/12	31/12/11
Disponíveis para venda						
Banco do Brasil	(2)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	5.234	6.530
Banco Itaú	(2)	CDB	diversos	CDI	2.240	2.141
Banco Nordeste do Brasil	(1)	Carteira de clientes/CDI	diversos	CDI	20.317	28.701
Bradesco	(2)	Fundo Recife	(*)	CDI	21.029	2.392
Bradesco	(2)	Fundo de Investimento	(*)	CDI	11	-
Bradesco	(2)	CDB/CDI	diversos	CDI	10	742
Caixa Econômica Federal	(2)	CDB	diversos	CDI	7.011	5.647
Total					<u>55.852</u>	<u>46.153</u>
Circulante					35.535	17.452
Não Circulante					20.317	28.701

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado

(1) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto ao BNB (vide nota explicativa nº. 14).

(2) Constitui garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	30/06/12	31/12/11
Circulante			
Imposto de renda - IR	(1)	12.169	3.925
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(1)	11.469	866
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(2)	10.639	10.003
Programa de integração social - PIS	(3)	748	999
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(3)	3.447	4.604
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		398	364
Imposto sobre serviços - ISS		469	352
		<u>39.339</u>	<u>21.115</u>
Não-Circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(2)	10.900	10.779
Total		<u>50.239</u>	<u>31.894</u>

(1) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) correspondem às antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos, saldo negativo do Imposto de Renda (IR) e base de cálculo negativa da CSLL, referente ao período de 2008 e 2010.

(2) O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) está composto da seguinte forma:

(a) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional, para fins contábeis registrado no ativo financeiro e no ativo intangível e apurado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000, no montante de R\$ 19.261 (R\$ 19.256, em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

(b) Diversos créditos de ICMS a recuperar no montante de R\$ 2.278 em 30 de junho de 2012 (R\$ 1.526 em 31 de dezembro de 2011).

(3) PIS e COFINS a compensar decorrente das antecipações de órgãos públicos e do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, no montante de R\$ 4.195 (R\$ 5.603 em 31 de dezembro de 2011).

7. SERVIÇOS EM CURSO

	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Serviço próprio	23.074	18.435
Serviços prestados a terceiros	19.348	18.854
Total	<u>42.422</u>	<u>37.289</u>

Estão classificados neste grupo os serviços próprios e os serviços para terceiros em curso nos quais constam valores referentes aos gastos com Pesquisa e Desenvolvimento – P&D no montante de R\$ 3.481 (R\$ 3.160 em 31 de dezembro de 2011) e Programa de Eficientização Energética – PEE, no montante de R\$ 25.638 (R\$ 23.172 em 31 de dezembro de 2011) que serão transferidos para os respectivos grupos de taxas regulamentares (nota 17) quando os projetos forem concluídos.

8. OUTROS ATIVOS

	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Adiantamentos a empregados	5.667	769
Adiantamentos a fornecedores	181	181
Serviços prestados a terceiros	798	822
RGR a compensar	533	533
Dispêndios a reembolsar em curso	1.148	1.124
Outros créditos a receber	2.143	1.476
Total	<u>10.470</u>	<u>4.905</u>
Circulante	10.094	4.530
Não Circulante	376	375

Apresentado líquido da Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, no montante de R\$ 17.000 (R\$ 17.031 em 31 de dezembro de 2011), vide nota 4, item (d).

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos, sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

Notas Explicativas

	Ativo			
	30/06/12		31/12/11	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	23.576	5.894	36.332	9.083
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	(5.293)	(476)	7.946	716
	(5.293)	(476)	7.946	716
Total		<u>5.418</u>		<u>9.799</u>

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	30/06/12		31/12/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	43.158	43.158	43.802	43.802
Provisão para contingências	29.732	29.732	28.685	28.685
Provisão agente arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	1.821	1.821	3.322	3.322
Incentivo fiscal Sudene	28.869	-	28.386	-
Ajustes RTT				
Aplicação do "hedge accounting"	25	25	-	-
Déficit plano previdenciário	134	134	134	134
Ativos e passivos regulatórios	16.115	16.115	16.115	16.115
Outros	1.990	1.990	1.728	1.728
Total Ativo	<u>123.943</u>	<u>95.074</u>	<u>124.271</u>	<u>95.885</u>
Passivo (-)	30/06/12		31/12/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Ajustes RTT				
Aplicação do "hedge accounting"	-	-	(506)	(506)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(23.309)	(23.309)	(11.543)	(11.543)
Ajuste da quota anual de amortização	(4.189)	(4.189)	(3.590)	(3.590)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(17.199)	(17.199)	(18.240)	(18.240)
Déficit plano previdenciário	(135)	(135)	(135)	(135)
Superávit plano previdenciário	(3.160)	(3.160)	(3.160)	(3.160)
Ativos e passivos regulatórios	(49.496)	(49.496)	(47.255)	(47.255)
Custo de captação	(2.879)	(2.879)	(3.510)	(3.510)
Total Passivo	<u>(100.367)</u>	<u>(100.367)</u>	<u>(87.939)</u>	<u>(87.939)</u>
Total Líquido	<u>23.576</u>	<u>(5.293)</u>	<u>36.332</u>	<u>7.946</u>

Estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos ativos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma opera, conforme deliberação CVM nº. 371, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais será de R\$ 22.172 em 2012 e R\$17.526 em 2013.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de junho 2012 e 2011:

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em			
	30/06/12		30/06/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	150.938	150.938	111.908	111.908
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(4.167)	(4.167)	(4.320)	(4.320)
Juros sobre capital próprio	-	-	(21.597)	(21.597)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	146.771	146.771	85.991	85.991
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	36.693	13.209	21.498	7.739
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	46	17	63	23
Multas indedutíveis	11	4	-	-
Depreciação veículos executivos	99	36	135	49
Outras adições	39	14	53	1
	195	71	251	73
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(2.022)	(728)	(2.097)	(755)
Incentivo fiscal SUDENE	(27.323)	-	(6.505)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(370)	-	(259)	-
Outras exclusões	(533)	(137)	(28)	(3)
	(30.248)	(865)	(8.889)	(758)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	6.640	12.415	12.860	7.054
Corrente	6.393	12.282	4.864	4.175
Diferido	247	133	7.996	2.879
	6.640	12.415	12.860	7.054

	Período de três meses findos em			
	30/06/12		30/06/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	69.013	69.013	65.318	65.318
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(2.083)	(2.083)	(2.160)	(2.160)
Juros sobre capital próprio	-	-	(10.799)	(10.799)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	66.930	66.930	52.359	52.359
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	16.733	6.024	13.090	4.712
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	26	9	43	16
Multas indedutíveis	4	1	-	-
Depreciação veículos executivos	29	11	67	25
Outras adições	39	14	52	1
	98	35	162	42
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(1.011)	(364)	(1.049)	(378)
Incentivo fiscal SUDENE	(15.715)	-	(5.647)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(152)	-	(185)	-
Outras exclusões	3.007	(137)	(13)	(3)
	(13.871)	(501)	(6.894)	(381)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	2.960	5.558	6.358	4.373
Corrente	2.668	6.679	(3.628)	778
Diferido	292	(1.121)	9.986	3.595
	2.960	5.558	6.358	4.373

Notas Explicativas

Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº. 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº. 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT é opcional para o biênio 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20 (R1) (Custos de Empréstimos), 33 (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01 (Contratos de Concessão).

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Trabalhistas	5.865	5.384
Cíveis	1.498	1.364
Fiscais	<u>12.623</u>	<u>12.173</u>
Total	<u>19.986</u>	<u>18.921</u>

Notas Explicativas

11. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº. 08, de 31 de dezembro de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- (i) O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- (ii) O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- (iii) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- (iv) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº. 12).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Notas Explicativas

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes a Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) está assim apresentada:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	144.781
Baixas	(329)
Transferências - Intangíveis	113.845
Atualização monetária / valor justo	11.765
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>270.062</u>

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em dezembro de 2027. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	30/06/2012				31/12/11	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
<u>Em serviço</u>						
Direito de uso da concessão	5,16%	658.715	(203.029)	30.386	486.072	562.087
<u>Em curso</u>						
Direito de uso da concessão		93.575	-	11.334	104.909	95.892
Total		<u>752.290</u>	<u>(203.029)</u>	<u>41.720</u>	<u>590.981</u>	<u>657.979</u>

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	721.744	(178.020)	18.363	562.087	86.184	9.708	95.892	657.979
Adições	-	-	-	-	74.492	(1.329)	73.163	73.163
Baixas	(4.438)	4.650	-	212	-	-	-	212
Amortizações	-	(29.701)	3.432	(26.269)	-	-	-	(26.269)
Transferências - Intangíveis	43.360	-	(2.001)	41.359	(43.360)	2.001	(41.359)	-
Transferências - Ativos financeiros	(101.951)	-	10.602	(91.349)	(23.450)	954	(22.496)	(113.845)
Transferências - Outros	-	42	(10)	32	(291)	-	(291)	(259)
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>658.715</u>	<u>(203.029)</u>	<u>30.386</u>	<u>486.072</u>	<u>93.575</u>	<u>11.334</u>	<u>104.909</u>	<u>590.981</u>

Notas Explicativas

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado e pela Administração da Companhia como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) (nota explicativa 11).

A Resolução Normativa ANEEL nº. 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o conseqüente um aumento da parcela residual da infra-estrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como conseqüência, houve uma redistribuição da infra-estrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou, em 30 de junho de 2012, na reclassificação de R\$ 91.349 da conta de ativo intangível para o ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

(a) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Notas Explicativas

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base nos resultados operacionais e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

13. FORNECEDORES

A composição do saldo em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é como segue:

Fornecedores	30/06/12	31/12/11
Energia elétrica	77.243	64.018
Terceiros	76.925	63.021
Partes relacionadas	318	997
Encargos de uso da rede	10.151	9.185
Terceiros	10.143	9.177
Partes relacionadas	8	8
Materiais e serviços	16.319	9.536
Terceiros	16.244	9.300
Partes relacionadas	75	236
Energia livre	9.861	9.016
Total	113.574	91.755
Circulante	103.713	82.739
Não circulante	9.861	9.016

O saldo de não circulante refere-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADÉE, e impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº. 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

Notas Explicativas

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Encargos		Principal		Total	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	30/06/12	31/12/11
Moeda nacional							
BNB	10,00% a.a. a 13,20% a.a.	83	-	28.996	75.998	105.077	119.622
(-) Custos de transação		-	-	(145)	(188)	(333)	(420)
Subtotal - BNB		83	-	28.851	75.810	104.744	119.202
BNDES FINEM	TJLP+ 3,20% a.a. /8,06% a.a.	438	-	12.504	107.565	120.507	114.258
Eletrobrás	5,00% a.a. a 5,45% a.a.	-	-	3.023	10.169	13.192	14.703
FINEP	5,27% a.a. a 5,34% a.a.	34	-	2.997	13.734	16.765	18.259
(-) Custos de transação		-	-	(38)	(78)	(116)	(137)
Subtotal - FINEP		34	-	2.959	13.656	16.649	18.122
Banco do Brasil	13,55% a.a. / 13,76% a.a.	10.743	14.833	-	234.712	260.288	250.361
(-) Custos de transação		-	-	(1.072)	(1.359)	(2.431)	(2.952)
Operações com swap		-	-	-	(6.601)	(6.601)	(3.187)
Subtotal - Banco do Brasil		10.743	14.833	(1.072)	226.752	251.256	244.222
Total moeda nacional		11.298	14.833	46.265	433.952	506.348	510.507
Moeda estrangeira							
BANK OF AMERICA		68	-	(299)	18.293	18.062	16.456
Operações com swap		-	-	(4.272)	888	(3.384)	(1.731)
Subtotal - BANK OF AMERICA		68	-	(4.571)	19.181	14.678	14.725
Total moeda estrangeira		68	-	(4.571)	19.181	14.678	14.725
Total		11.366	14.833	41.694	453.133	521.026	525.232

(a) Captação de recursos:

Ingresso de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R\$ 12.000, para financiamento dos investimentos realizados no 2º trimestre de 2012, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo, assinado em março de 2009 e aditado em março de 2011.

(b) Condições restritivas financeiras (covenants):

O contrato mantido com Bank Of América prevê cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas informações trimestrais encerradas em 30 de junho de 2012 e 2011, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	30/06/12			31/12/11		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2013	32.325	(645)	31.680	56.353	(1.266)	55.087
2014	185.500	(764)	184.736	194.643	(764)	193.879
2015	159.373	(194)	159.179	141.737	(195)	141.542
2016	53.093	(17)	53.076	48.698	(18)	48.680
2017	22.123	(4)	22.119	19.724	(4)	19.720
Após 2017	17.177	(1)	17.176	15.971	-	15.971
Total	469.591	(1.625)	467.966	477.126	(2.247)	474.879

Notas Explicativas

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo	Não	Passivo	Não	
	circulante	circulante	circulante	circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	53.016	457.491	(2.663)	17.388	525.232
Ingressos	-	12.000	-	-	12.000
Encargos	18.615	3.760	206	-	22.581
Variação monetária e cambial	-	-	11	1.380	1.391
Swap	-	(1.468)	(1.442)	-	(2.910)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	595	122	413	1.130
Transferências	24.214	(24.214)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(38.291)	-	(737)	-	(39.028)
(-) Custos de transação	9	621	-	-	630
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>57.563</u>	<u>448.785</u>	<u>(4.503)</u>	<u>19.181</u>	<u>521.026</u>

15. DEBÊNTURES

Debêntures	Série	Quantidade de Títulos Emitidos	Remuneração	30/06/12		31/12/11		
				Encargos	Principal	Encargos	Principal	
				Circulante	Circulante	Circulante	Total	
4ª Emissão	Única	16.360	CDI + 0,6% a.a	592	36.352	54.544	91.488	110.069
(-) Custos de transação				-	(227)	(146)	(373)	(529)
Total				<u>592</u>	<u>36.125</u>	<u>54.398</u>	<u>91.115</u>	<u>109.540</u>

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

A escritura de emissão das debêntures prevê a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nos trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	30/06/12			31/12/11		
	Debêntures	Custos Transação	Total líquido	Debêntures	Custos Transação	Total líquido
2013	27.272	(77)	27.195	36.360	(176)	36.184
2014	27.272	(69)	27.203	36.360	(69)	36.291
Total	<u>54.544</u>	<u>(146)</u>	<u>54.398</u>	<u>72.720</u>	<u>(245)</u>	<u>72.475</u>

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	37.065	72.475	109.540
Encargos	5.251	-	5.251
Transferências	18.176	(18.176)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(23.831)	-	(23.831)
(-) Custos de transação	56	99	155
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>36.717</u>	<u>54.398</u>	<u>91.115</u>

Notas Explicativas

16. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Salários	4.069	464
Encargos sociais	536	649
Provisões férias e 13º salário	1.940	2.044
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	1.892	1.558
Provisão PLR	1.821	3.322
Total	<u>10.258</u>	<u>8.037</u>

17. TAXAS REGULAMENTARES

	<u>Ref.</u>	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Reserva Global de Reversão – RGR		2.293	1.868
Conta de Consumo de Combustível – CCC		2.553	5.158
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		857	795
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		379	418
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		190	209
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	11.440	10.196
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	26.671	23.948
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		212	212
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		569	627
Total		<u>45.164</u>	<u>43.431</u>
Circulante		43.730	40.304
Não Circulante		1.434	3.127

(a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º. mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.ºs. 300/2008 e 316/2008.

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Circulante		
Imposto de renda - IR	6.660	723
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	12.348	3.608
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	27.744	27.000
Programa de integração social - PIS	2.362	2.345
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	10.886	10.800
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.525	1.521
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	307	296
Imposto sobre serviços - ISS	805	718
Outros	363	310
Total	<u>63.000</u>	<u>47.321</u>

19. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A Assembléia de Acionistas da Companhia aprovou a declaração de dividendos propostos e distribuição de reserva de lucros da seguinte forma:

Notas Explicativas

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
<u>2012</u>					
AGOE de 17 de abril de 2012	Dividendos - Reserva de Lucros	30.504	0,1774443794	0,19518881730	0,19518881730
AGOE de 17 de abril de 2012	Dividendos Complementares	101.982	0,5932389943	0,65256289370	0,65256289370
		<u>132.486</u>			

A movimentação dos saldos é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	5.909
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	132.486
Pagos no período	(107.008)
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>31.387</u>

20. PROVISÕES

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R\$ 10.411 classificadas no passivo circulante (R\$ 6.415 em 31 de dezembro de 2011) e R\$ 19.374 no não circulante (R\$ 22.384 em 31 de dezembro de 2011) estão compostas como segue:

	Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	15.956	8.140	4.703	28.799
Constituição	307	711	1	1.019
Baixas/reversão	(920)	(626)	(60)	(1.606)
Remuneração	764	604	205	1.573
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>16.107</u>	<u>8.829</u>	<u>4.849</u>	<u>29.785</u>

A administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingências Trabalhistas	Valor		Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
	Atualizado	Instância		30/06/12	31/12/11
Ex-empregados da Companhia	1.308	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.308	1.766
	4.228	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	902	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	5.543	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.543	5.354
	4.988	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	362	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	9.256	1ª, 2ª e 3ª	Provável	9.256	8.836
	60	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total	<u>26.647</u>			<u>16.107</u>	<u>15.956</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Notas Explicativas

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingências Cíveis	Valor		Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
	Atualizado	Instância		30/06/12	31/12/11
Cientes – Tarifas Plano Cruzado	1.389	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.389	1.407
	54	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	937	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	1.633	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.633	1.516
	10.019	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	620	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	2.178	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.178	1.871
	3.536	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	641	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo	679	1ª, 2ª e 3ª	Provável	679	635
	4.925	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	623	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa	95	1ª, 2ª e 3ª	Provável	95	44
	1.337	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Societário Ações	1.183	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras	2.855	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.855	2.667
	57.384	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	4.597	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	94.685			8.829	8.140

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

Cientes – Tarifas Plano Cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias n.º 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

Indenização por perdas – Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

Acidente terceiros / trabalho – Ações movidas por pessoas físicas em virtude de acidentes elétricos que causaram morte ou danos físicos.

Irregularidade de consumo – Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas questionando a lavratura de termos de ocorrências de irregularidades originados no desvio de energia, lavrados pela Concessionária.

Negativação SPC e Serasa - Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais em virtude de negativação solicitada pela Concessionária em virtude de inadimplência.

Notas Explicativas

Outras – Administrativa, Contrato de demanda, Poder normativo da concessionária, Contratos comercial/financeiro, Débito de terceiros, Honorários advocatícios, Corte indevido, Empréstimo compulsório, Contratos com terceirizados, Revisão de consumo de energia, Serviços de rede, Repetição de indébito, Racionamento de energia elétrica, Revisão de faturamento e Societário.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

<u>Contingências Fiscais</u>	Valor		Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
	Atualizado	Instância		30/06/12	31/12/11
ICMS	788	1ª, 2ª e 3ª	Provável	788	759
	38.356	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
ISS	6.082	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	15.874	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	30.183	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	8.970	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
COFINS	64	1ª, 2ª e 3ª	Provável	64	62
	1.187	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	1.350	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ/IRRF	103.134	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	18.835	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
INSS	3.997	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.997	3.825
	988	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	36	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	57
Outras	1.413	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	3.584	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
	<u>234.841</u>			<u>4.849</u>	<u>4.703</u>
Total					

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

ICMS - Diversas ações movidas pelos municípios do RN objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a COSERN antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996. No caso das ações envolvendo a remissão do ICMS, os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos. Por outro lado, a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a Companhia, em virtude de eventual não recolhimento do ICMS no período supracitado, abrangendo apenas o exercício de 1996, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. O Estado do Rio Grande do Norte cobrou administrativamente esses valores e a COSERN moveu ação anulatória de débito fiscal contra essa cobrança, estando o processo aguardando sentença. Em sede de antecipação de tutela a exigibilidade do crédito foi suspensa reconhecendo o juiz a ocorrência da prescrição de todo o débito.

ISS - Refere-se a autos de infração lavrados pela Poder Público Municipal, exigindo ISS sobre serviço por terceiros.

Notas Explicativas

CSLL - Auto de infração decorrente da não adição da despesa de ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A COSERN apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos.

IRPJ/IRRF:

IRPJ - Auto de infração decorrente da não adição da despesa de ágio nas bases de cálculo do IRPJ. A COSERN apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos.

IRRF- Auto de infração motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT nº. 01/2002. No último mês de abril, o Conselho de Contribuintes anulou o auto de infração.

INSS – Refere-se a ação anulatória para desconstituir lançamentos relacionados a NFLD nº. 35.814.150-8 que cobra supostos débitos previdenciários das competências de 01/1997 a 08/2006, oriundos de processos trabalhistas e salário indireto, e das competências de 02/1999 a 06/2006, referentes a retenções de serviços prestados por autônomos.. Parte dos valores reivindicados pelo INSS já foi atingido pela decadência. Contudo, os consultores legais da empresa entendem que a outra parte dos valores cobrados podem ser devidos e consideram que a provisão constituída é suficiente para fazer frente a futuros desembolsos.

COFINS – refere-se a processo judicial onde se busca a compensação tributária do crédito de COFINS relativo a pagamento superior ao efetivamente devido em dezembro de 2008.

Outras – Demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

21. OUTROS PASSIVOS

	Ref	30/06/12	31/12/11
Consumidores	(1)	13.055	13.375
Empregados - adiantamento acordo coletivo		2	2
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		(11)	(16)
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS		293	293
Caução em garantia	(2)	8.911	6.265
Encargos CBEE		21	21
Adiantamentos recebidos		2.612	2.463
Outras		38	(436)
Total		<u>24.921</u>	<u>21.967</u>
Circulante		20.463	16.640
Não circulante		4.458	5.327

(1) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

Notas Explicativas

(2) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O Capital social integralizado da Companhia em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 é de R\$ 179.787.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (EM UNIDADES)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A.	110.814.372	85,41	16.507.498	80,11	14.645.619	82,64	141.967.489	84,47
Iberdrola Energia	8.147.546	6,28	2.217.674	10,76	1.417.164	8,00	11.782.384	7,01
Uptick	7.576.650	5,84	1.156.609	5,61	1.047.352	5,91	9.780.611	5,82
Previ	1.854.848	1,43	359.031	1,74	382.135	2,16	2.596.014	1,54
Outros	1.352.803	1,04	365.316	1,77	229.411	1,29	1.947.530	1,16
Total	129.746.219	100,00	20.606.128	100,00	17.721.681	100,00	168.074.028	100,00

Acionistas	R\$ (EM REAIS)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A.	118.537.132	85,41	17.657.921	80,11	15.666.286	82,64	151.861.339	84,47
Iberdrola Energia	8.715.356	6,28	2.372.226	10,76	1.515.928	8,00	12.603.510	7,01
Uptick	8.104.674	5,84	1.237.214	5,61	1.120.343	5,91	10.462.231	5,82
Previ	1.984.114	1,43	384.052	1,74	408.766	2,16	2.776.932	1,54
Outros	1.447.082	1,04	390.775	1,77	245.399	1,29	2.083.256	1,16
Total	138.788.358	100,00	22.042.188	100,00	18.956.722	100,00	179.787.268	100,00

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, e assegurada, ainda, às ações preferenciais "Classe A", prioridade na distribuição de dividendos.

Reservas de Capital

a) Reserva Especial de Ágio

Essa reserva, no montante de R\$ 179.315, foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente ao patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

b) Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº. 3.000, de 26 de março de 1999.

Notas Explicativas

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 82.428, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de Lucros

a) Reserva de Incentivo Fiscal

Em atendimento à Lei nº. 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

A Companhia apurou no período de seis meses findos em 30 de junho de 2012 o valor de R\$ 27.323 (R\$ 6.505 em 30 de junho de 2011) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal no exercício por já ter atingido esse limite.

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.

23. RECEITA BRUTA

Ref.	Período de três meses findos em		Período de seis meses findos em		
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11	
Fornecimento de energia					
(a)	182.568	139.103	354.180	267.500	
Receita de operação e manutenção	176.885	136.414	344.017	263.101	
Remuneração financeira wacc	5.683	2.689	10.163	4.399	
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(1.683)	1.279	(1.972)	7.348	
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(b)	252.970	223.276	496.708	433.343
Receita de operação e manutenção	245.081	218.947	482.455	426.217	
Remuneração financeira wacc	7.889	4.329	14.253	7.126	
Receita de construção da infraestrutura da concessão	51.419	34.874	91.662	70.732	
Outras receitas	(c)	4.174	3.649	8.046	7.588
Total receita bruta	489.448	402.181	948.624	786.511	
(-) Deduções da receita bruta	(144.671)	(127.610)	(287.030)	(245.847)	
Total receita operacional líquida	344.777	274.571	661.594	540.664	

Notas Explicativas

(a) Fornecimento de Energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Período de seis meses findos em					
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh		R\$ mil	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Consumidores:						
Residencial	1.005.533	974.616	822.531	763.297	343.317	278.181
Industrial	5.009	5.165	283.392	311.160	89.036	86.722
Comercial	76.259	74.782	446.363	418.942	198.562	168.365
Rural	63.995	64.524	183.053	120.299	38.419	24.246
Poder público	12.239	11.836	121.593	111.430	52.622	45.115
Iluminação pública	5.698	5.262	75.217	73.150	17.806	15.901
Serviço público	1.641	1.590	125.852	116.570	37.547	31.945
Consumo próprio	100	95	2.416	2.189	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	6.073	2.428
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	-	-	-	-	(466.019)	(404.140)
	<u>1.170.474</u>	<u>1.137.870</u>	<u>2.060.417</u>	<u>1.917.037</u>	<u>317.363</u>	<u>248.763</u>
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	36.817	18.737
Total	<u>1.170.474</u>	<u>1.137.870</u>	<u>2.060.417</u>	<u>1.917.037</u>	<u>354.180</u>	<u>267.500</u>
	Período de três meses findos em					
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh		R\$ mil	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Consumidores:						
Residencial	1.005.533	974.616	415.008	379.471	175.399	141.994
Industrial	5.009	5.165	128.306	155.172	43.073	45.403
Comercial	76.259	74.782	223.809	207.445	102.330	86.652
Rural	63.995	64.524	93.784	51.522	20.376	10.372
Poder público	12.239	11.836	64.140	57.666	28.373	23.782
Iluminação pública	5.698	5.262	37.646	36.138	9.084	8.106
Serviço público	1.641	1.590	63.442	57.589	19.508	16.347
Consumo próprio	100	95	1.243	1.119	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	4.632	4.377
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	-	-	-	-	(238.746)	(208.102)
	<u>1.170.474</u>	<u>1.137.870</u>	<u>1.027.378</u>	<u>946.122</u>	<u>164.029</u>	<u>128.931</u>
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	18.539	10.172
Total	<u>1.170.474</u>	<u>1.137.870</u>	<u>1.027.378</u>	<u>946.122</u>	<u>182.568</u>	<u>139.103</u>

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

Reajuste Tarifário 2012

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 1.279, de 18 de abril de 2012, publicada no diário oficial da união de 20 de abril de 2012, fixou em 10,28% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 9,70% relativos ao reajuste tarifário anual e 0,58% aos componentes financeiros.

O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 6,43% sendo 6,05% para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 7,35% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 22 de abril de 2012 a 21 de abril de 2013.

Notas Explicativas

(b) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

Ref.	Período de três meses findos em		Período de seis meses findos em	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre	14.224	15.174	30.689	29.203
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo (i)	238.746	208.102	466.019	404.140
	<u>252.970</u>	<u>223.276</u>	<u>496.708</u>	<u>433.343</u>

(i) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº. 1.618 de 23 de abril de 2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “TUSD média” calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(c) Outras receitas

	Período de três meses findos em		Período de seis meses findos em	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Renda da prestação de serviços	499	181	888	376
Arrendamentos e Aluguéis	2.085	1.525	4.105	2.997
Serviço taxado	718	537	1.410	1.075
Taxa de iluminação pública	824	739	1.603	1.417
Administração de faturas de fraudes	4	2	(31)	144
Outras receitas	44	665	71	1.579
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>4.174</u>	<u>3.649</u>	<u>8.046</u>	<u>7.588</u>

24. DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

	Período de três meses findos em		Período de seis meses findos em	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
IMPOSTOS:				
ICMS	(82.662)	(70.274)	(160.827)	(134.457)
PIS	(7.255)	(6.043)	(14.184)	(11.711)
COFINS	(33.418)	(27.837)	(65.331)	(53.943)
ISS	(257)	(141)	(530)	(310)
ENCARGOS SETORIAIS:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	(3.573)	(2.721)	(6.760)	(4.864)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(2.571)	(2.386)	(5.142)	(4.773)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(10.264)	(14.969)	(25.740)	(28.923)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(1.453)	(939)	(2.644)	(2.025)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(582)	(375)	(1.058)	(810)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(291)	(188)	(529)	(405)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(582)	(375)	(1.058)	(810)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(891)	(798)	(1.640)	(1.601)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	(872)	(564)	(1.587)	(1.215)
Total	<u>(144.671)</u>	<u>(127.610)</u>	<u>(287.030)</u>	<u>(245.847)</u>

Notas Explicativas

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custo / Despesas	Período de seis meses findos em				30/06/11
	30/06/12			Total	
	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	(12.132)	(6.167)	(12.661)	(30.960)	(28.864)
Administradores	-	-	(1.057)	(1.057)	(1.024)
Entidade de previdência privada	(875)	(223)	(377)	(1.475)	(972)
Material	(1.614)	(68)	(142)	(1.824)	(1.848)
Serviços de terceiros	(13.777)	(12.967)	(11.532)	(38.276)	(30.053)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(519)	(751)	-	(1.270)	(1.148)
Energia elétrica comprada para revenda	(272.014)	-	-	(272.014)	(224.074)
Encargos de uso do sistema transmissão	(36.739)	-	-	(36.739)	(30.595)
Depreciação e amortização	(19.184)	(4.672)	(1.926)	(25.782)	(25.132)
Arrendamentos e aluguéis	(5)	(64)	(174)	(243)	(227)
Tributos	(158)	(1)	(461)	(620)	(466)
Provisões líquidas - PCLD	(2.014)	3.515	-	1.501	(5.312)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(4.969)	-	(4.969)	(2.684)
Provisões líquidas - contingências	-	-	586	586	(428)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(91.662)	-	-	(91.662)	(70.732)
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	(3.643)	(3.643)	(38)
Outros	(549)	(1.542)	(2.328)	(4.419)	(3.771)
Total custos / despesas	(451.242)	(27.909)	(33.715)	(512.866)	(427.368)

Custo / Despesas	Período de três meses findos em				30/06/11
	30/06/12			Total	
	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	(4.572)	(3.088)	(5.987)	(13.647)	(11.006)
Administradores	-	-	(338)	(338)	(359)
Entidade de previdência privada	(328)	(103)	(185)	(616)	(479)
Material	(847)	(43)	(74)	(964)	(918)
Serviços de terceiros	(7.157)	(6.608)	(6.254)	(20.019)	(15.423)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(261)	(373)	-	(634)	(635)
Energia elétrica comprada para revenda	(152.297)	-	-	(152.297)	(107.806)
Encargos de uso do sistema transmissão	(18.583)	-	-	(18.583)	(15.428)
Depreciação e amortização	(9.177)	(2.336)	(958)	(12.471)	(12.726)
Arrendamentos e aluguéis	(3)	(33)	(76)	(112)	(130)
Tributos	(73)	(1)	(129)	(203)	(174)
Provisões líquidas - PCLD	168	2.047	-	2.215	(3.393)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(2.017)	-	(2.017)	(646)
Provisões líquidas - contingências	-	-	838	838	(1.892)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(51.419)	-	-	(51.419)	(34.874)
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	(3.354)	(3.354)	(19)
Outros	(304)	(854)	(1.160)	(2.318)	(1.983)
Total custos / despesas	(244.853)	(13.409)	(17.677)	(275.939)	(207.891)

Notas Explicativas

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receita Financeira	Período de três meses findos em		Período de seis meses findos em	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Renda de aplicações financeiras	4.150	3.715	9.588	6.249
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	8.458	8.571	17.140	15.716
Variação monetária	4.463	7.145	9.450	15.235
Variação cambial	9	198	1.595	198
Operações swap	2.773	67	4.089	218
Outras receitas financeiras	363	99	774	(965)
Total	20.216	19.795	42.636	36.651

Despesa Financeira	Período de três meses findos em		Período de seis meses findos em	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Encargos de dívida	(12.134)	(13.637)	(25.407)	(24.934)
Variação monetária	(4.375)	(3.738)	(6.804)	(7.882)
Variação cambial	(1.908)	-	(2.986)	-
Operações swap	-	(315)	(1.778)	(315)
Multas regulatórias	(366)	(959)	(1.268)	(1.185)
Outras despesas financeiras	(1.258)	(2.508)	(2.183)	(3.723)
Total	(20.041)	(21.157)	(40.426)	(38.039)

Notas Explicativas

27. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref	Natureza de Operação	30/06/12			31/12/11		30/06/11
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	45	-	-	110	-
CELPE	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	553	512	-	705	357	-
TERMOPERNAMBUCO	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	111	-	-	82	-
ITAPEBI	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	123	-	884	153	-
GERAÇÃO CIII	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	30	-	-	19	-
NC ENERGIA	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	21	-	-	6	-
NEOENERGIA SERVIÇOS		Prestação de serviço	-	-	(1.351)	-	165	(853)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	6	-	-	3	-
			-	6	(1.351)	-	168	(853)
BAGUARI I	(a)	Energia comprada	-	142	(650)	-	174	(613)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	21	-	-	17	-
			-	163	(650)	-	191	(613)
BAHIA PCH I	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	13	-	-	9	-
RIO PCH I	(a)	Energia comprada	-	88	(402)	-	108	(379)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	15	-	-	10	-
			-	103	(402)	-	118	(379)
NEOENERGIA INVESTIMENTOS	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	1	-	-	1	-
GOIAS SUL	(a)	Energia comprada	-	88	(400)	-	107	(349)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	11	-	-	13	-
			-	99	(400)	-	120	(349)
GERAÇÃO CÉU AZUL	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	1	-	-	-	-
SE NARANDIBA	(b)	Uso da Rede	-	1	(5)	-	-	-
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	1	-	-	4	-
			-	2	(5)	-	4	-
AFLUENTE GERAÇÃO	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	7	-	-	9	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(b)	Uso da Rede	-	7	-	-	8	(49)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	-	-	-	54	-
			-	7	-	-	62	(49)
BELOMONTE PARTICIPAÇÕES	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	-	-	-	94	-
ÁGUAS DA PEDRA	(a)	Energia comprada	-	477	(2.205)	-	608	(2.157)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	81	-	-	58	-
			-	558	(2.205)	-	666	(2.157)
CIA. TELES PIRES	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	91	-	-	513	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	173	-	-	-	-
CALANGO 1	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	3	-	-	-	-
CALANGO 2	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	3	-	-	-	-
CALANGO 3	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	3	-	-	-	-
CALANGO 4	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	3	-	-	-	-
CALANGO 5	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	4	-	-	-	-
MEL 2	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	5	-	-	9	-
ARIZONA 1	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	1	-	-	-	-
CAETITÊ 1	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	3	-	-	1	-
CAETITÊ 2	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	10	-	-	-	-
CAETITÊ 3	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	4	-	-	1	-
Banco do Brasil S.A.	(d)	Empréstimos e Financiamentos	6.601	257.857	(10.384)	-	247.409	-
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	25.744	-	-	-	-
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	14	-	-	201	-
		Aluguel/Comodato	-	-	105	-	18	-
			-	25.758	105	-	4.630	(9.112)
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos	-	474	-	-	-	-
Iberdrola Energia S.A		Dividendos	-	2.155	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	349	(649)
			-	2.155	-	-	349	(649)
Amara Brasil	(c)	Prestação de serviço (almozarifado)	-	75	(720)	-	71	(412)
			-	75	(720)	-	71	(412)
Outros Minoritários		Dividendos	-	2.908	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	312	-
			-	2.908	-	-	312	-

Notas Explicativas

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica:

Baguari I – Contrato nº. 4600017985, vigência de 01 de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2039, conforme Resolução ANEEL nº. 589 de 11 de dezembro de 2007.

Rio PCH I – Contrato nº. 4600015569, vigência de 17 de janeiro de 2007 até 31 de dezembro de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº. 1.163 de dezembro de 2007.

Goiás Sul – Contrato nº. 4600017990 e 4600017991, vigência de 1º de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2039, conforme Resoluções Autorizáveis ANEEL nº. 881 e 882 de 24 de abril de 2007.

Energética Águas da Pedra – Contrato 4600020539, vigência de 01 de agosto de 2007 até 31 de dezembro de 2040, conforme Resolução Normativa ANEEL nº. 232 de 19 de setembro de 2006.

b) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluentes – Contrato nº. 4600007603, de uso do sistema de transmissão, entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, COSERN e a Afluentes, com vigência até dezembro de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba – Contrato nº. 4600007603, de uso do sistema de transmissão, entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, COSERN e a SE Narandiba, com vigência até dezembro de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

c) Contratos de Prestação de Serviços

Amara Brasil - Contrato nº. 4600022357, vigência de 16 de agosto de 2011 até 18 de agosto de 2014, conforme Despacho ANEEL nº. 3.326, de 15 de agosto de 2011.

Neoenergia Serviços Ltda – Contrato nº. 4600019864, vigência de 08 de agosto de 2010 até 08 de agosto de 2014, conforme Despacho ANEEL nº. 2.758, de 20 de setembro de 2010.

d) Contratos de Empréstimos e Aplicações Financeiras

Banco do Brasil – Nota de Crédito Comercial nº. 20/00863-5, com vencimento em 18 de abril de 2014, corrigido mensalmente com base no IRP.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº. 342.901.057, com vencimento em 24 de abril de 2015, corrigido mensalmente com base no CDI.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº. 20/00852-X, com vencimento em 14 de abril de 2014, corrigido anualmente com taxa efetiva de 12,149%.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

Notas Explicativas

e) Debêntures Aplicação / Emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado .

f) Remuneração da Administração

A remuneração total dos administradores para o período findo em 30 de junho de 2012 foi de R\$ 928 (R\$ 880 em 30 de junho de 2011), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

28. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais:

Em 30 de junho de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores justos.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R\$ 53.000 – é considerado como item objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e está contabilizado pelo seu valor justo. O valor justo é calculado projetando os fluxos futuros da operação (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva do seu swap.

Notas Explicativas

- ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
 - ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
 - ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, são considerados como itens objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores justos. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.
- Instrumentos Financeiros Derivativos:
 - ✓ Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira sem nenhum caráter especulativo.
 - ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Dessa forma, são considerados como instrumentos de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores justos. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

Notas Explicativas

Os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são como segue:

	Ativos (Passivos)			
	30/06/12		31/12/11	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	108.459	108.459	154.560	154.560
Titulos e valores mobiliários	55.852	55.852	46.153	46.153
Contas a receber de clientes e outros	439.835	439.835	433.507	433.507
Passivo				
Fornecedores	(113.574)	(113.574)	(91.755)	(91.755)
Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	(72.545)	(72.545)	(66.245)	(66.245)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(440.404)	(440.404)	(447.449)	(447.449)
Debêntures em moeda nacional	(91.115)	(90.974)	(109.540)	(131.643)
Empréstimos, financ e debêntures em moeda estrangeira	(18.062)	(18.062)	(16.456)	(16.456)
Instrumentos financeiros derivativos	9.985	9.985	4.918	4.918

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap dólar para CDI e troca de taxa de juros, utilizando swap de taxa prefixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Operação de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.
- ✓ Operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Fatores de Risco

- Riscos financeiros
 - ✓ Risco de Variação Cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira indexado a variação cambial captada no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2011, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No trimestre findo em 30 de junho de 2012 a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 2.227.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia (devido às variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e no patrimônio líquido da Companhia:

Notas Explicativas

	Variação na taxa do US\$	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
2º trimestre 2012	-13,92%	(2.040)	(2.040)
2º trimestre 2011	15,30%	2.260	2.260

✓ Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas prefixadas, possui derivativo e utiliza swap de taxa prefixada para CDI. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes que possam impactar o lucro da Companhia:

	30/06/2012	Aumento/redução em pontos base	Efeitos	
			No resultado	No patrimônio líquido
Ativos Financeiros				
CDI		(34)	(658)	(658)
IPCA		(74)	-	-
SELIC		(27)	-	-
IGPM		62	-	-
Passivos Financeiros				
CDI		(34)	1.000	1.000
IGPM		62	-	-
IPCA		(74)	-	-
30/06/2011				
Ativos Financeiros				
CDI		5	32	32
IPCA		122	-	-
SELIC		15	-	-
IGPM		68	-	-
Passivos Financeiros				
CDI		5	(122)	(122)
IGPM		68	-	-
IPCA		122	-	-

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Notas Explicativas

✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 30 de junho 2012 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 141.591, sendo R\$ 110.283 em fundos exclusivos e R\$ 31.308 em outros ativos, além de R\$ 20.317 de aplicações no longo prazo.

• Riscos operacionais

✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota explicativas nº. 15).

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

Notas Explicativas

- Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

A política financeira do Grupo ao qual pertencemos tem como objetivo estar no primeiro quartil de empresas privadas no setor elétrico brasileiro com maior rating, através da manutenção dos seguintes indicadores:

Indicador	Definição	Limites
Dívida Líquida EBITDA	Reflete a capacidade de pagamento da dívida através da geração operacional de caixa da empresa medida pelo EBITDA no período de 1 ano.	≤ 2,0 segmento de distribuição
Dívida de curto prazo/Dívida total	Reflete a proporção da dívida que está concentrada no período no curto prazo (1 ano).	≤ 20% segmento de distribuição
EBITDA/Despesa Financeira Líquida	Reflete a capacidade de pagamento do serviço da dívida da companhia.	≥ 3,5 segmento de distribuição

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 30 de junho de 2011, obtidas das informações trimestrais – ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2011, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 30 de junho de 2011 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 25 de julho de 2011 e 23 de janeiro de 2012, respectivamente, sem ressalvas.

Recife, 20 de julho de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" RN

Gilberto Bagaiolo Contador
Contador CRC 1RS069038/O-0 "T" PE "S" RN